

Divinópolis/MG, 07 de dezembro de 2017

Servidores municipais de Bom Despacho recebem hoje última parcela do 13º salário

Os servidores municipais de Bom Despacho receberão nesta quinta-feira (7) a segunda e última parcela do 13º salário. A primeira parcela de 50%, foi paga no mês de julho. De acordo com o secretário municipal de Administração, Denis Carvalho, 1.500 servidores municipais serão beneficiados.

O funcionalismo municipal de Bom Despacho também já recebeu os salários de novembro, que foram pagos no dia 30 do mesmo mês. De acordo com o secretário de Administração, é política do prefeito Fernando Cabral (PPS) a valorização do servidor e isso, segundo ele, começa com salários em dia.

Esse ano, o Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Divinópolis e Região Centro-Oeste (Sintram) realizou um intenso trabalho em Bom Despacho. A presidente do Sindicato, Luciana Santos, teve vários encontros com o prefeito Fernando Cabral para discutir questões salariais dos servidores. “Sem dúvida esse foi um ano bastante produtivo

para os servidores municipais de Bom Despacho. O prefeito Fernando Cabral se mostrou aberto ao diálogo e conseguimos o pagamento da reposição salarial, ganho real e outros benefícios”, destacou.

Esse ano, o Sintram entregou a nova subsele de Bom Despacho, está colaborando na revisão do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais (BDprev) e já está adiantada a discussão para a revisão do Plano de Carreira e Remuneração (PCR) do magistério da cidade. Além disso, os servidores municipais bondespachenses já estão utilizando o cartão de compra do Sintram, que foi oficialmente lançado na cidade no mês passado. “Sem dúvida, avançamos muito em Bom Despacho e temos muito trabalho para o ano que vem. Vamos manter o diálogo com o Executivo, levando as demandas dos servidores para buscar as soluções almejadas”, finalizou Luciana Santos.

| Matéria Sintram |



PMDB confirma que obrigará deputados a apoiar reforma da Previdência e ameaça punir infiéis

O PMDB confirmou que recorrerá ao fechamento de questão para obrigar os deputados do partido a votar a favor do novo texto da reforma da Previdência, em sessão de plenário prevista para a próxima terça-feira (12). A decisão foi anunciada pelo presidente nacional do PMDB, senador Romero Jucá (RR), e incluiu punição para quem descumprir a determinação da executiva nacional – a depender da situação, embora Jucá tenha preferido não deixar isso claro, cabe expulsão.

“Fechamento de questão com punição. O que

mento de questão – medida extrema em que partidos podem punir parlamentares que não votarem segundo as orientações partidárias.

Com 60 deputados, o PMDB não tem unanimidade a favor da reforma da Previdência. Por isso, o fechamento de questão não é bem recebido por figuras importantes do partido na Câmara, como o vice-presidente da Casa, Fábio Ramalho (MG), e o presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Rodrigo Pacheco (MG). Ontem (terça, 5), Fábio disse ao Congresso em Foco que obrigar parlamentares a votar como quer o partido – e, neste caso, principalmente o governo – é “violência” e pode provocar estragos na base aliada.

“Quando se faz uma violência dessa contra o parlamentar, contra o Parlamento, demonstra-se que eles não querem votar a reforma da Previdência, nem hoje e nem ano que vem. Eles estão querendo sepultar a reforma, que é necessária e urgente, mas precisa ser melhor discutida para conhecimento do Parlamento e convencimento, também da sociedade. Uma discussão mais ampla e com mais tempo”, afirmou o peemedebista, um dos principais articuladores de votações na Câmara.

Na ofensiva governista, o Planalto está disposto a pôr em campo o mesmo pacote que serviu para salvar Temer de duas denúncias da Procuradoria-Geral da República (PGR), ambas sepultadas na Câmara: liberação de emendas parlamentares e recursos ministeriais, perdão de dívidas para setores estratégicos representados na Casa e até a ameaça de punição via fechamento de questão, que pode ser de suspensão de prerrogativas e até de expulsão. A postura do governo é apontada pela oposição como “balcão de negócios”. Vale até a ameaça velada do ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, sobre a não liberação de R\$ 3 bilhões a municípios, em 2018, caso a reforma não seja aprovada.

Fonte: Congresso em Foco



não fizemos foi dizer que tipo de punição será, para não parecer que é uma ameaça feita aos deputados e deputadas da PMDB. Nós vamos, através da comissão de ética, definir a punição de cada um dependendo da postura não só dos votos, mas também do encaminhamento”, declarou Jucá, principal responsável pela expulsão da senadora Kátia Abreu (TO) – que, em discurso para comentar o assunto na tribuna do Senado, chamou o peemedebista de “canalha, crápula e ladrão de vidas e almas alheias”.

Nesta terça-feira (6), o líder do PMDB na Câmara, Baleia Rossi (RJ), já havia sinalizado a orientação da bancada em favor da reforma. Além dos peemedebistas, o PTB também decidiu pelo fecha-

PTB de Roberto Jefferson obriga seus deputados a aprovar reforma da Previdência

Primeiro a fechar questão em torno da reforma da Previdência, o PTB anunciou que a legenda apoiará a nova versão da reforma apresentada pelo governo de Michel Temer (PMDB). Ao todo, a sigla tem 16 deputados que, com a decisão, caso resolvam desobedecer a orientação, poderão ser punidos pelo partido.

“Consultada sobre a reforma da Previdência, a Executiva Nacional do Partido Trabalhista, em sua esmagadora maioria, manifestou apoio à proposta, considerando-a uma questão fechada”, diz a decisão da legenda anunciada por meio de nota à imprensa. O ex-deputado Roberto Jefferson é o atual presidente do PTB.

O texto diz ainda que o “PTB compreende que a reforma da Previdência é primordial para a retomada do crescimento”. “Sobretudo, coloca fim a alguns privilégios da elite funcional federal, que recebe benefícios 35 vezes superiores à média dos trabalhadores da iniciativa privada”, ressalta.

Ao fechar questão, a legenda se posiciona contra ou a favor de uma proposta oficialmente. Diante da decisão, todos os seus parlamentares são força-

dos a votarem de acordo com a determinação da liderança. As punições vão desde advertência a expulsão do partido.

OUTRAS DECISÕES

Com um partido rachado sobre o apoio ao governo do presidente Michel Temer, o PSDB se reunirá na tarde desta quarta-feira (6) para decidir se fecha questão ou deixa seus deputados livres para decidirem o próprio voto. Desde que as denúncias contra Temer vieram à tona, o partido ameaça deixar a base do governo. No entanto, até o momento não oficializou a decisão.

No Planalto, a ordem é levar a cabo todos os instrumentos institucionais para aprovar a proposição – que, por se tratar de proposta de emenda à Constituição, exige dois turnos de votação tanto na Câmara quanto no Senado, com ao menos 308 e 49 votos, respectivamente (3/5 do total em ambas as Casas). Os governistas esperam aprovar o texto até o dia 13 de dezembro deste ano, antes do recesso parlamentar.

Fonte: Congresso em Foco

Reforma de Temer obriga brasileiro a trabalhar dez anos a mais para se aposentar

Sem discussão prévia com a sociedade, o governo Michel Temer quer impor ao Congresso uma reforma na legislação previdenciária que protege alguns segmentos da população, impõe sacrifícios maiores a outros e, na média, obrigará os brasileiros a trabalhar aproximadamente dez anos a mais para ter direito à aposentadoria.

Uma das instituições mais empenhadas em levar a debate público o tema – tratado na Proposta de Emenda Constitucional 287 (PEC 287/2016) – é a Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUnB). “Não pode haver tratamento diferenciado”, afirma o presidente da entidade, Virgílio Arraes.

Ele defende que eventuais mudanças na Previdência, além de discutidas de maneira ampla com a população, sejam para todos. E acrescenta que é preciso colocar na mesa todas as contas de forma transparente. “Ninguém debate com a mesma ênfase o gasto do governo com juros da dívida pública, por exemplo. Temos que tratar as finanças governamentais de modo global, não só as contas da Previdência”, indica.

Hoje, o trabalhador do setor privado pode se aposentar somente a partir dos 55 anos de idade, desde que cumpra diversos outros pré-requisitos. Prevalecendo os critérios desejados pelo governo Temer, a idade mínima para aposentadoria passará a 65 anos. Para a mulher, a idade aumentará de 53 para 62 anos.

O cronograma prevê o aumento gradativo da idade mínima até 2042. Para os servidores públicos, a idade mínima subirá de 60 para 65 anos, no caso dos homens, e de 55 para 62, no caso das mulheres. A idade mínima para os professores do setor privado subirá para 60 anos. Para os policiais, a regra será permanente: 55 anos.

MENOS DIREITOS

O governo alega que, sem a reforma, a Previdência terá déficit de R\$ 202,2 bilhões no próximo ano. Em 2017, segundo o Ministério da Fazenda, a conta deve ficar negativa em R\$ 188,8 bilhões. Diversos técnicos e instituições da área previdenciária contestam, no entanto, esses números e dizem que o governo não têm agido nem com transparên-

cia nem com boa-fé ao discutir a questão.

Um exemplo foi a recente campanha publicitária veiculada no rádio e na televisão, na qual a administração federal apontava os servidores públicos como privilegiados que impõem à nação custos insuportáveis em razão de benefícios previdenciários injustificáveis. A campanha foi suspensa pela Justiça para evitar “efeitos irreversíveis à honra e à dignidade daqueles diretamente atingidos pela mensagem nela contida”, conforme as palavras da juíza Rosimayre Gonçalves de Carvalho, da 14a Vara Federal de Brasília.

“Se aprovarem a reforma, os trabalhadores vão perder direitos e os políticos vão perder votos”, diz presidente

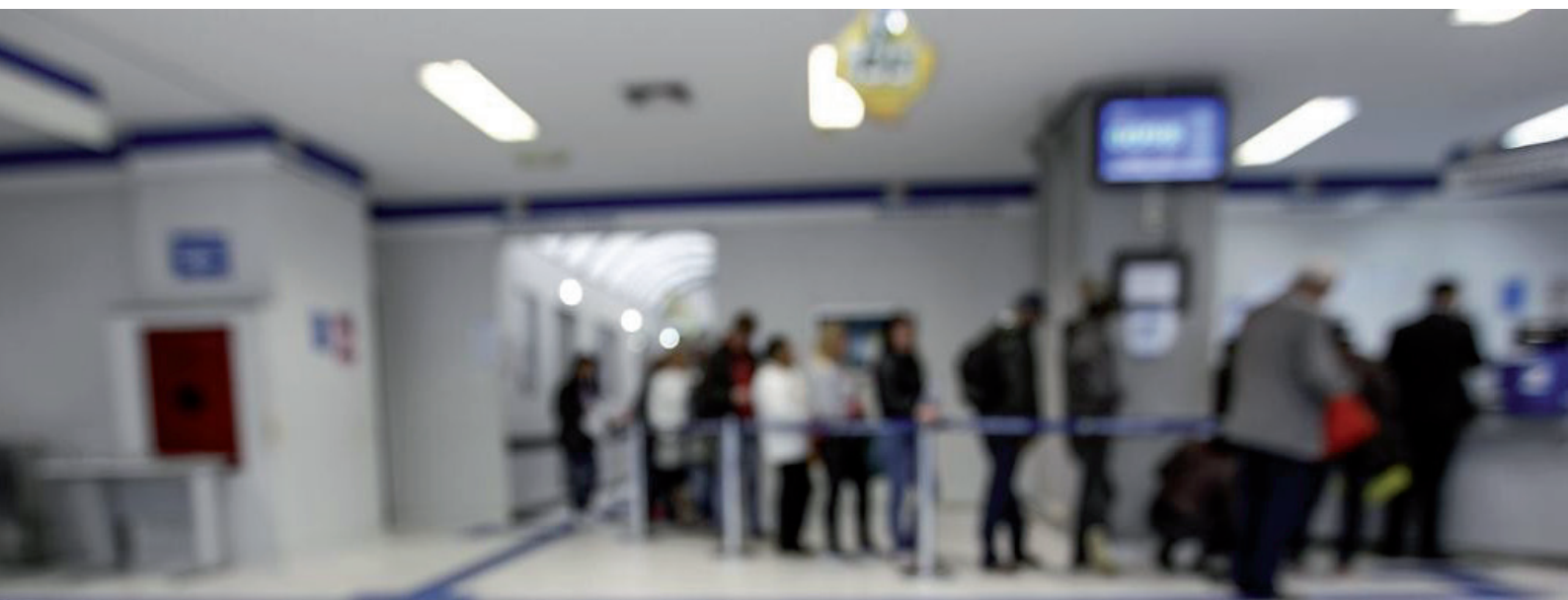
O presidente da ADUnB, Virgílio Arraes, enfatiza que a reforma pode colocar a comunidade universitária contra os parlamentares na eleição do próximo ano, caso aprovem a proposta do governo. “Se aprovarem a reforma desta forma, os trabalhadores vão perder direitos e os políticos, votos”, resume o professor. Arraes admite que a Previdência dos servidores públicos é deficitária, se considerada apenas a sua contribuição de 11% mensal, mas não se pode ignorar a parte patronal, o governo, como tem sido feita na iniciativa privada ao menos - 8% do trabalhador e 12% do empregador. Além disso, ele defende que o debate seja feito com dados reais e consistentes, com a inclusão dos impostos destinados à seguridade social e sem nenhum tipo de manobra como a utilização da DRU (desvinculação

das receitas da União). “O governo não conseguiu acertar a projeção do déficit para este ano, como vamos ter segurança numa projeção para dez ou 20 anos?”, questiona.

Especialistas da área previdenciária dizem que, entre outros erros, os números oficiais colocam na Previdência despesas que deveriam estar na conta do Tesouro Nacional. É o caso, por exemplo, dos benefícios de prestação continuada pagos apessoas idosas que não contribuíram para a Previdência e por isso não têm direito à aposentadoria. A Previdência perde também com a desvinculação de receitas orçamentárias (DRU), como já citado, que permite ao Tesouro se apropriar de 20% da arrecadação previdenciária.

Comissão parlamentar de inquérito do Senado Federal, realizada neste ano a pedido do senador Paulo Paim (PT-RS), concluiu que as contas da Previdência estão equilibradas com inconsistência nos dados apresentados pelo Poder Executivo. De acordo com o relatório final da CPI, não haveria necessidade de reforma se o governo cobrasse das empresas privadas os R\$ 450 bilhões que elas devem em contribuições previdenciárias.

Fonte: Congresso em Foco



PREVIDÊNCIA SOCIAL

Pesquisa revela que rejeição ao Congresso atinge patamar recorde

A rejeição ao trabalho exercido pelos congressistas, senadores e deputados federais, atingiu seu recorde na história do país, conforme revela Pesquisa Datafolha. O levantamento revela que 60% dos brasileiros entrevistados, entre os dias 29 e 30 de novembro, consideram ruim ou péssimo o trabalho desenvolvido pelos 513 deputados e pelos 81 senadores da atual legislatura.

Nos dois últimos levantamentos do instituto, os números também apresentavam um recorde de rejeição. Nas pesquisas realizadas em dezembro de 2016 e abril de 2017, o percentual ficou em 58% de rejeição e 7% de aprovação. No levantamento atual, a aprovação desceu a 5%, também o pior número já registrado.

De acordo com a série de pesquisas Datafolha, iniciada em 1993, a atual legislatura é, na média, a mais mal avaliada desde então. A pesquisa foi realizada quase um mês após a Câmara barrar a segunda denúncia contra o presidente Michel Temer (PMDB), por obstrução de Justiça e organização criminosa.

Caminhando junto com a rejeição dos parlamentares, as últimas pesquisas divulgadas também revelam que Temer é o presidente mais mal avaliado da história do país.

No último sábado, pesquisa divulgada pelo Datafolha sobre a avaliação do governo, mostrou que 62% dos entrevistados consideram o atual governo pior que o anterior. Apenas 13% avaliam Temer melhor que a ex-presidente Dilma Rousseff (PT), e 23% que não há diferença entre eles. Em dezembro do ano

passado, 40% consideravam o governo peemedebista pior do que o petista.

O levantamento também confirma o alto índice de rejeição a Temer (71%). Nesse aspecto, houve um recuo de dois pontos percentuais em relação a setembro. Essa diferença, contudo, está dentro da margem de erro. Para 23%, o governo é regular (eram 20% na pesquisa anterior), e para 5% (mesmo índice registrado há três meses), bom ou ótimo.

Fonte: Datafolha

QUEREM ENFRAQUECER A LUTA DOS TRABALHADORES



NENHUM DIREITO A MENOS!
FILIE-SE! JUNTOS SOMOS FORTES!

SINTRAM
CENTRO OESTE/MG
Sind. Trab. Mun. Divinópolis e Região Centro Oeste / MG